

Pequim '95

Conferência Mundial sobre a Mulher



Nº 5 - FEVEREIRO/95



ÁGUAS DE MARÇO

Depois de quase um ano embarcadas em diferentes canoas pelo Brasil adentro e pelo mundo afora, é chegado o momento de nos encontrarmos para continuar juntas a trajetória. Nosso porto de encontro e saída é o Dia Internacional da Mulher e o destino é Pequim'95. Uma rota que mobiliza as mulheres em todo o mundo.

Esta edição chega a você com as águas de março, num momento privilegiado, quando vários seminários e encontros estaduais serão realizados em preparação à Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95. Em Copenhague, durante a reunião da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, mulheres de diferentes países deflagrarão, no dia 8 de março, uma campanha internacional até a Conferência, na China - serão 180 dias de mobilização para Beijing'95. Também nas águas de março acontecerá a última reunião do Comitê Preparatório à Conferência Internacional sobre a Mulher, com representantes de governos para discutirem a Plataforma de Ação Mundial da Conferência, tendo como eixos centrais a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz.

Este é o quinto e último número da série Pequim'95. Da primeira edição, em maio de 1994, até agora, a discussão sobre a Conferência ganhou corpo e rolou muita água...Em meio aos debates e mobilizações do Dia Internacional da Mulher, o CFEMEA publica esta edição de encerramento, pretendendo lhe ajudar a navegar pelas águas de março - caminho obrigatório para quem se propõe a participar e interferir na definição dos novos rumos que Pequim'95 traçará.

SUMÁRIO

- **180 dias de mobilização para Beijing '95. Página 2.**
- **Documento do governo brasileiro já está pronto. Página 5, 6 e 7.**
- **Plataforma de ação mundial será discutida em Nova Iorque. Páginas 8 a 11.**
- **Agenda Pequim '95 Página 4.**

Editorial

180 DIAS DE MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES PARA BEIJING '95

A última edição do Pequim'95 chega às suas mãos às vésperas do Dia Internacional da Mulher. No Dia 8 de Março e até setembro, quando se realizará a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, na China, as mulheres de todo o mundo estarão em campanha permanente através de múltiplas ações para garantir o atendimento às suas reivindicações pelos respectivos governos. Serão 180 dias de permanente mobilização expressa através da imensa diversidade cultural e de interesses das mulheres a nível internacional. Essa mobilização está aberta à participação de mulheres e homens que desejam colaborar e se envolver com as lutas feministas e não só das ativistas que irão à Pequim.

Por ocasião do 8 de Março deste ano, muitas dessas ativistas estarão participando da Conferência de Desenvolvimento Social, que vai estar acontecendo entre 6 e 12 de março em Copenhague, na Dinamarca. Lá elas irão fazer uma grande manifestação não só para comemorar o 8 de Março como também para dar o pontapé inicial nessa grande campanha de mobilização mundial das mulheres.

A idéia da campanha surgiu após o Encontro de 150 líderes feministas mundiais de algumas organizações internacionais, reunidas em Nova Iorque, em final de novembro do ano passado. Naquela reunião, constatou-se a necessidade de que todas as mulheres e homens envolvidos no desejo de mudanças possam participar como um grupo de pressão efetivo em favor da plena cidadania para as mulheres.

Ao fecharmos este quinto e último número da série Pequim'95 trazemos para você alguns produtos concretos de mais de um ano de discussão com vistas à Conferência da mulher tanto no âmbito dos governos quanto do movimento de mulheres. O documento do governo brasileiro, que resultou dos cinco seminários nacionais divulgados por este informativo, já está pronto e o capítulo que trata das estratégias e perspectivas foi transcrito na íntegra para que você possa conhecê-lo. Em Santiago, do Chile, as delegações de governos latino-americanos e caribenhos aprovaram um plano regional para a integração da mulher ao desenvolvimento, cuja síntese publicamos aqui. Ao nível mundial, avança o debate sobre a Plataforma de Ação de Pequim'95. O movimento de mulheres no Brasil trabalha coletiva e descentralizadamente para a realização da Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95.

Certas de que este informativo teve um papel importante no processo preparatório da Conferência, especialmente para as organizações de mulheres, o CFEMEA abriu uma editoria especial

no seu boletim FÊMEA, que dá seqüência ao nosso compromisso com a democratização da informação com vistas à Pequim'95.

Como participar

Para participar do Fórum Paralelo da Conferência Internacional de Pequim'95, cada pessoa, sem importar qual seja sua organização, precisa inscrever-se até o dia 30 de abril. Representantes de ONGs, mesmo que já credenciadas junto à Conferência das Nações Unidas, precisam adotar o mesmo procedimento se desejam ter acesso ao Fórum. Para participar na condição de observadora da Conferência Oficial, a ONG interessada precisa entrar em contato com a própria comissão organizadora da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher no seguinte endereço: NGO Accreditation, UN Fourth World Conference on Women; 2 UN Plaza, Room 1204, New York, NY 10017, USA.

Para participar do Fórum Paralelo período de 30 de agosto a 8 de setembro, as representantes de ONGs devem encaminhar inscrição até 30 de abril para o seguinte endereço: NGO Forum on Women, Suite 1500, 211 East 43 Street, New York, NY 10017, USA. No Brasil, as fichas de inscrição e maiores informações sobre procedimentos, podem ser obtidas junto à Secretaria Executiva da Articulação Nacional: Rua das Palmeiras, 90, Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro-RJ; fone (021) 246.0788; fax (021) 286.1209.

De qualquer modo, não é suficiente enviar a ficha de inscrição em tempo hábil, também é necessário remeter para o escritório oficial do Fórum de ONGs, nos Estados Unidos - endereço acima, comprovante de pagamento de US\$ 50.00,00 (cinquenta dólares), através de tarifa postal ou travellers cheque, e duas fotos do tipo "passaporte", para seja providenciada credencial personalizada para o evento. As reservas em hotel serão feitas através do Comitê Organizador, diretamente em Pequim, e todos eles estão localizados a cerca de 15 quilômetros do local da Conferência. Somente as pessoas inscritas através desse procedimento terão hospedagem reservada e acesso garantido ao Fórum.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E APOIO
SCN, Ed. Venâncio 3000, A - 602 - Brasília-DF - 70718-900
Telefone: (061)225-1664 - Fax: (061)225-2336
Texto e Foto: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS
Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza
Impressão: Athalaia Gráfica e Papelaria
Apoio: UNIFEM E FNUAP

Beijing

O que é a IV Conferência?

Até agora foram realizadas três conferências das Nações Unidas (ONU) sobre a mulher. A primeira delas aconteceu na cidade do México, em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher; a segunda em Copenhague, em 1980; e a terceira em Nairobi, em 1985.

Esta IV Conferência, que se realizará em Pequim, na China, tem por objetivos reavaliar os avanços das mulheres desde 1985, nos termos das estratégias traçadas em Nairobi, com vistas ao ano 2000; mobilizar homens e mulheres, tanto os formuladores de políticas públicas quanto os membros das comunidades, para avançar esses objetivos; adotar uma Plataforma de Ação a respeito dos temas que são obstáculos significativos para o avanço da maioria das mulheres do mundo; incluindo elementos relativos a conscientização, à tomada de decisões, à pobreza, violência e mecanismos nacionais, à questão das refugiadas e à tecnologia; e determinar as prioridades para 1996/2001 na implementação das estratégias voltadas para as mulheres no sistema das Nações Unidas.

Conferência oficial

No Brasil, o processo foi coordenado pela DNU – Divisão das Nações Unidas do Itamaraty, na pessoa do embaixador José Augusto Lindgren. Inicialmente, formou-se um comitê nacional com representantes de vários ministérios e do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos.

Para a elaboração do Relatório Nacional o governo brasileiro organizou seis Seminários Nacionais, com temas específicos (veja a matéria publicada na página 5) para cada um deles – de acordo com as propostas da ONU para a Conferência; eles foram realizados em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Esses eventos contaram com a colaboração de consultoras feministas. Para relatar o documento, o governo optou pela advogada feminista Luiza Nagib Eluf que assumiu recentemente a Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça.

Representantes de governos da América Latina e do Caribe, coordenados

pela CEPAL, reuniram-se na 4ª Conferência Regional para a Integração da Mulher ao Desenvolvimento, realizada em Mar Del Plata, na Argentina e concluída em Santiago, Chile também já consolidaram um documento regional.

Da mesma forma, em Pequim haverá um documento oficial resultante das discussões entre os Chefes-de-Estado durante a Conferência, que pautará as atividades da ONU em relação à mulher.

Há dois processos e dois documentos: um governamental e outro do movimento

Conferência paralela

O movimento autônomo de mulheres no Brasil também tem participado ativamente do processo preparatório à Conferência. Em janeiro de 1994 foi formada a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing'95. Essa Articulação inclui reuniões periódicas de um Comitê Nacional, formado por representantes do movimento de mulheres em cada estado, em sistema de rodízio. A coordenação de seus trabalhos está sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva, que tem a incumbência de sistematizar e democratizar informações, captar recursos e contribuir na elaboração de documentos que reflitam a situação das mulheres brasileiras. A sede da Articulação fica no Rio de Janeiro (Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - CEP 22270-070. Telefone (021)246-0788 e Fax (021)286-1209.

A Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing'95, que incorpora todos os grupos organizados de mulheres através de Fóruns ou Articulações Estaduais, já elaborou um roteiro de discussões com

vistas à construção do "Documento das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95. Este documento, elaborado coletivamente, pretende dar visibilidade à diversidade das mulheres brasileiras e suas formas de organização política. Nossas múltiplas identidades, como a social, sexual, étnico-racial, etária e de orientação sexual, por exemplo, exigem reconhecimento e este processo é uma oportunidade concreta de torná-las visíveis. As sugestões para o Documento, conforme calendário fixado pelo movimento de mulheres, podem ser enviadas para a Secretaria Executiva até o dia 31 de março (*consulte a Agenda publicada na página 4*).

Em maio de 1995, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência de Mulheres Brasileiras rumo à Beijing, cujo objetivo é sistematizar e aprovar o documento, previamente discutido pelo movimento de mulheres nos estados.

A Articulação, além destas atividades, acompanhou os cinco seminários nacionais organizados pelo Itamaraty, intervindo em todos os momentos em que foi necessário, e participa do Fórum de ONG's da América Latina e do Caribe para a Conferência de Pequim'95.

Há, portanto, dois processos e dois documentos: um governamental (veja matéria nas páginas 5 a 7) e outro do movimento de mulheres. Esperamos que não haja antagonismo entre os textos. Como é praxe no movimento de mulheres, a construção do nosso documento está sendo feita de forma coletiva, com a colaboração da diversidade dos grupos. Temos nosso texto base, por assim dizer, que vai recebendo contribuições e ganhando forma definitiva à medida que vamos esgotando nossa agenda. Estaremos presente no Fórum Paralelo da Conferência de Pequim'95, onde estarão mulheres de centenas de países, organizadas como um grupo de pressão frente à Conferência Oficial para garantir compromissos que efetivamente assegurem a igualdade de direitos e o respeito às diferenças.

• Matéria elaborada com a colaboração de Schuma, Articulação de Mulheres Brasileiras.

Santiago

Resultado da Reunião Regional

• Por Márcia Adorno

O processo preparatório brasileiro para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher tem demonstrado muito vigor a partir de uma discussão aberta entre representantes do governo e da sociedade civil sobre os mais variados temas relacionados ao status da mulher em nossa sociedade. As reuniões regionais de Mar del Plata e de Santiago foram exemplares nesse sentido.

Nessas duas oportunidades foi elaborado o documento regional, apresentado ao Secretariado da Conferência, em Nova Iorque, para estruturação do principal documento da Conferência de Beijing, a Plataforma de Ação.

O documento, "Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe - 1995-2001", está organizado da seguinte forma:

I Parte - Antecedentes: há uma descrição sucinta da atual situação dos países da região nos campos social, econômico e político, onde são apontados progressos e retrocessos na região que, naturalmente, vêm condicionando o status da mulher. Ao mesmo tempo em que se verificaram progressos nas áreas política e econômica, reconhece-se que na esfera social o quadro é alarmante, tendo-se acentuado a desigualdade e a marginalização social. Enfatiza-se a necessidade da busca da resposta com base na visão integrada dos aspectos do desenvolvimento: crescimento, equidade, sustentação ambiental, segurança, participação, solidariedade, paz e respeito aos direitos humanos;

II Parte - Fundamento do Programa: Histórico Regional sobre a origem e as consequências e consecutivas atualizações do Plano de Ação Regional;

III Parte - Objetivo central do Programa: Acelerar o processo de conquista da equidade de gênero e a total integração das mulheres no processo de desenvolvimento, e assim como o exercício pleno da cidadania num contexto de desenvolvimento sustentável, com justiça e democracia;

IV Parte - Áreas Estratégicas: Foram identificadas oito áreas estratégicas que deverão ser trabalhadas de forma integrada pelos respectivos governos, com o objetivo de permitir a efetiva melhoria do status das mulheres em todas as faixas etárias, especialmente a mulher rural, considerando-se, também, a diversidade de grupos populacionais existentes na região: indígenas, negras, incapacitadas e deslocadas. Para cada área estratégica a ser trabalhada, foi apresentado um diagnóstico da região relacionando obstáculos à sua consecução, progressos registrados, linhas estratégicas a serem adotadas para a superação dos obstáculos, objetivos estratégicos a serem formalmente incorporados no planejamento social, político e econômico de cada país e ações estratégicas para a consecução desses objetivos. Especificamente sobre as ações estratégicas, a reunião de Santiago, em novembro último, concluiu a sua discussão, bem como apresentou propostas de Mecanismos Institucionais de Acompanhamento e Arranjos Financeiros.

Muito embora o documento regional não tenha sido concluído na íntegra em Mar del Plata, o resultado final da reunião foi altamente positivo. Merece especial registro a estreita coordenação entre as ONGs presentes e as delegações oficiais, levando à incorporação ao Plano de Ação de várias propostas emanadas das ONGs.

Por fim cabe mencionar que o documento regional procurou seguir a estrutura da Plataforma de Ação. Este último documento foi objeto de consultas informais, em Nova Iorque, em dezembro último, da qual participou representação do Brasil. Nesta ocasião, constatou-se as incorporações de vários aspectos emanados das reuniões de Mar del Plata e Santiago. Proposta atualizada da Plataforma de Ação deverá ser encaminhada aos governos ainda em janeiro, de forma a permitir debates em âmbito nacional sobre seu texto, antes da última reunião preparatória para Beijing, em março próximo.

• Diplomata, Chefe da Delegação Brasileira à reunião realizada em Santiago

Agenda Pequim '95

• 6 a 12 de março - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, convocada pela ONU, em Copenhague, Dinamarca. (*)

• 9 a 24 de março - Consulta às ONGs, sobre a Plataforma de Ação em Nova Iorque.

• 15 de março a 4 de abril - PrepCom Oficial, em Nova Iorque. (*)

• 31 de março - Data limite para o envio de contribuições ao texto do movimento autônomo de mulheres brasileiras para a Conferência Nacional.

• 27 de abril - Prazo para a Comissão de Sistematização reunir as contribuições recebidas ao Documento das mulheres

(*) Estes são os eventos oficiais, de governos.

brasileiras e preparar um texto único.

• 29 e 30 de abril - V Reunião do Comitê Nacional da Articulação, em São Paulo/SP.

• 18 de maio - Reunião prévia à Conferência Nacional, no Rio de Janeiro/RJ.

• 19, 20 e 21 de maio - Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim '95, no Rio de Janeiro/RJ.

• 30 de agosto a 8 de setembro - Fórum de ONG's, em Pequim, China

* 4 a 15 de setembro - IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim/China.

Relatório

O DOCUMENTO BRASILEIRO

• Síntese elaborada pelo Ministro José Augusto Lindgren Alves

O Relatório Nacional sobre a situação da mulher no Brasil foi entregue à Organização das Nações Unidas pelo Governo brasileiro, em 6 de dezembro último. À estrutura do texto e as informações dele constantes seguem, na medida do possível, as linhas básicas oferecidas pela Secretaria da Conferência.

A partir da realização de seis seminários temáticos em diferentes capitais brasileiras ("Gênero e Relações de Poder", "Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho", "Violência contra a Mulher", "Mulher: Educação e Cultura", "Saúde da Mulher" e "Cooperação Internacional"), que contou com a participação ampla e democrática de todos os segmentos sociais interessados, chegou-se ao texto do relatório oficial. Ele está sendo publicado na forma de livro para divulgação no Brasil e no exterior.

Para facilitar a compreensão da estrutura do texto, a síntese de cada um dos capítulos:

Introdução – mudanças ocorridas na década de oitenta

Nela se descrevem sumariamente a trajetória do movimento de mulheres no nosso país a partir da década de setenta, os avanços sobretudo nas esferas institucional e legal (especialmente constitucional) e a organização do movimento no contexto do processo de democratização do país.

A seguir estão descritos os níveis de participação da mulher em instâncias decisórias nesse mesmo período; a mulher nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (nos âmbitos federal, estadual e municipal), bem como no Ministério Público, nos partidos políticos, nas organizações sindicais e nas organizações não-governamentais.

No subcapítulo seguinte há uma exposição sobre o status da mulher na legislação nacional (nas esferas penal, civil e trabalhista).

Concluída a parte referente aos contextos político e legal, o relatório passa a tratar da situação da mulher na economia, com ênfase na participação da mulher no mercado de trabalho e no fenômeno do aumento expressivo no país de lares chefiados por mulheres. Também são enfocados o aumento do setor informal na economia brasileira que vem absorvendo majoritariamente mão-de-obra feminina e a participação da mulher na produção do meio rural.

A parte seguinte aborda a situação da mulher no que se refere ao seu acesso aos serviços de educação e saúde no país. Especificamente no caso da educação, observa-se que a escola brasileira vem acolhendo homens e mulheres na mesma proporção, variando os índices de evasão mais em função das condições raciais (brancos e negros) e sócio-econômicas do que sexuais. Dessa forma, constata-se que o problema da educação no Brasil não se prende a questões de gênero, mas ao processo de exclusão a que estão submetidos segmentos da população.

Com relação à assistência à saúde da mulher, há

descrição sobre a criação do Programa Integral da Saúde da Mulher e sua real implantação no país, o quadro atual da saúde reprodutiva e o aumento da incidência da AIDS entre as mulheres.

O subcapítulo seguinte aborda a questão da violência de gênero e o consequente

surgimento das delegacias de defesa da mulher. A partir da exposição por gráficos, chega-se a constatação de que a violência praticada no meio familiar é grave e que essas delegacias deram maior visibilidade à violência praticada contra a mulher. Reconhece-se a necessidade de criação de albergues para as vítimas de agressões intras-familiares que, frequentemente, retornam aos seus domicílios



Ministro José Augusto Lindgren Alves

Cooperação Técnica Internacional

Trata-se de breve descrição dos programas de cooperação, sejam bilaterais ou multilaterais, que ora estão sendo implementados no Brasil.

Estratégias e Perspectivas Futuras

As estratégias e perspectivas para a mulher no Brasil, além de perseguirem a igualdade de gênero no espaço de tempo mais curto possível, devem refletir as prioridades do país, levando em conta o desenvolvimento das instituições democráticas e, por outro lado, a persistência de sérios problemas econômicos e sociais e de intensificação da pobreza e a escassez de recursos e de serviços básicos à população. Reconhece-se que as estratégias a serem adotadas no país devem objetivar a plena cidadania feminina, através da satisfação das necessidades econômicas, sociais e culturais específicas, mediante sua incorporação ativa nos processos de decisão.

Conclusão – Considera os avanços institucionais e legais verificados no país e a carência de recursos para a concretização das conquistas sociais em prol da mulher.

• Chefe da Divisão das Nações Unidas no Ministério das Relações Exteriores.

**As páginas do documento oficial do governo brasileiro
importantes contribuições do movimento de**

As estratégias e perspectivas para a mulher, além de perseguirem a igualdade de gênero no espaço de tempo mais curto possível, devem refletir as prioridades do País, levando em conta o desenvolvimento das instituições e, por outro lado, a persistência de graves problemas econômicos e sociais como a intensificação da pobreza e a escassez de recursos e de serviços básicos à população.

**O diagnóstico da situação da mulher
no Brasil revela que:**

- persistem desigualdades no acesso ao emprego e nas áreas de ocupação, bem como com relação aos salários;
- as mulheres constituem maioria no setor informal da economia e no subemprego;
- cresce o número de famílias pobres monoparentais sob responsabilidade de mulheres;
- as mulheres estão ausentes do poder e das instâncias de decisão em todas as estruturas hierárquicas;
- a violência social e doméstica, física e sexual, é um lado presente no cotidiano feminino;
- os mecanismos de promoção da igualdade de gênero são frágeis e insuficientes;
- apesar do acesso equitativo à educação, esta permanece diferenciada em função do gênero e segrega

mulheres e homens por área de ocupação acentuando-se o problema na área de formação profissional;

- não existe assistência satisfatória à saúde da mulher, pois os serviços disponíveis não a atendem em todas as fases da vida em função da limitação de recursos do setor público;
- a legislação brasileira ordinária ainda não foi atualizada de forma a promover a igualdade entre homens e mulheres, conforme preconizado pela Constituição Federal;
- a interpretação das leis pelo judiciário ainda não atende satisfatoriamente aos princípios da igualdade de gênero, apesar dos avanços da Constituição Federal;
- às desigualdades de gênero somam-se as desigualdades sócio-econômicas, raciais e étnicas.

Revertendo a situação

Esse diagnóstico do Brasil é, em muitos aspectos, comum aos outros países. As estratégias para reverter esta situação devem buscar a plena cidadania feminina, em termos nacionais e internacionais, reconhecendo-se que as satisfações das necessidades econômicas, sociais e culturais específicas da mulher só serão alcançadas mediante sua incorporação ativa nos processos de decisão. Os modelos de desenvolvimento sustentável, por sua vez, devem considerar as diferenças de gênero, raça e etnia, e a necessidade imperiosa de

maior equidade social. As estratégias nacionais propostas para a consecução desses objetivos devem tomar por base:

- a eliminação dos obstáculos estruturais que impedem a participação das mulheres na tomada de decisões e o estímulo para que participem das diversas formas de poder;
- a divisão equilibrada das responsabilidades no âmbito do público e do privado entre ambos os sexos;
- o estabelecimento de garantias para que as mulheres e homens possam participar da definição das políticas econômicas e sociais, dentro de uma

Pobreza, Violência

Em nosso País, os fatores econômicos têm gerado grandes desigualdades tendo em vista que a pobreza afeta a maioria da população. A pobreza tem maior repercussão para as mulheres, em uma dupla administração das carências: baixos recursos econômicos, principalmente no amparo à maternidade e à infância, não possibilitam uma atuação mais desembaraçada na sociedade brasileira, o combate à pobreza deve ser planejado para promover os interesses específicos das mulheres e culturais que determinam sua situação de

Por sua vez, a miséria crescente faz aumentar os índices de violência na sociedade, com consequências específicas para as mulheres. E essa violência particular que atinge grande parte da população feminina no País ainda se conjuga, de maneira perversa, com a discriminação racial e social. Aliado a isto, temos um ordenamento jurídico que, se por um lado, é incompleto para garantir a igualdade, por outro, não vem encontrando o amparo necessário na jurisprudência. Assim, a impunidade acaba reforçando a violência contra a mulher, não obstante os avanços conseguidos na Constituição Federal de 1988.

As diretrizes para o tratamento dessas questões podem ser sintetizadas em:

- combate à pobreza - criação de programas e meios específicos para fornecer às mulheres condições de superar a pobreza ou diminuí-la, como, por exemplo, capacitação para o trabalho preponderantemente em áreas não-tradicionais, e no apoio às atividades produtivas. À medida que se amplia o debate em torno do tema, surgem propostas dos mais variados segmentos da sociedade. Assim, diante do fenômeno da feminização da pobreza observado no Brasil e das diversidades regionais, há reivindicações no sentido de serem realizados estudos para definir, com maior precisão, as necessidades dos diversos grupos vulneráveis de mulheres para o desenho de políticas sociais: mulheres pobres do campo e da cidade, jovens, adultas, mães solteiras, chefes de família, trabalhadoras no setor

SPECTIVAS FUTURAS

o destinadas às estratégias e perspectivas incorporam e mulheres. A seguir, a íntegra deste capítulo.

Violência e Impunidade

tem especial relevância na abordagem das causas e a miséria atingem grandes porcentagens de incidência sobre as mulheres que assumem uma situação de baixos salários e insuficiência de políticas sociais, falta de emprego e no fornecimento de serviços que lhes são negados na esfera pública. Sem dúvida, para a mulher a violência é prioridade, mais por si só não é suficiente para mudar as condições ambientais em que ela é excluída e dominada.

informal. Propõe-se, ainda, o estabelecimento de ações positivas nos programas de estímulo a microempresas, a partir da abertura de linhas programáticas especiais de apoio a mulheres microempresárias, mediante programas de capacitação, formação e assistência técnica que considerem sua condição de gênero, além de apoio creditício.

- eliminação da violência contra a mulher - cumprir a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, no âmbito das Nações Unidas Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Reconhecer a violência doméstica como violação de Direitos Humanos Fundamentais. Ampliar o número e aprimorar os serviços das Delegacias de Defesa da Mulher. Implantar e manter redes de serviços integrados de atenção e assistência às mulheres em situação de violência (atendimento jurídico, psicológico e social e abrigos para o acolhimento em situação de risco de vida);

- eliminação da impunidade - estudar as causas da impunidade e agilizar os processos de punição. Aprimorar os serviços de recebimento de denúncias. Zelar pelo cumprimento das leis através de um serviço de acompanhamento específico para os casos apresentados pelas mulheres;

- criação de serviços que facilitem o acesso das mulheres à justiça.

visão de desenvolvimento sustentável, com justiça social e equidade de gênero;

- a incorporação à legislação nacional dos compromissos assumidos nas Conferências Mundiais da ONU, bem como nos Pactos e Convenções Internacionais;

- o cumprimento de acordos internacionais que coíbem o tráfico de mulheres;

- o estabelecimento de medidas concretas para combater o racismo e qualquer outra forma de discriminação;

- o reconhecimento de que o desenvolvimento do País não pode ser

deixado simplesmente às "forças de mercado", pois o progresso econômico deve ser acompanhado de medidas que tornem a igualdade uma realidade;

- o estabelecimento de sistema de coleta de dados que retirem as mulheres da situação de invisibilidade;

- a necessidade de capacitação específica de profissionais de administração pública na questão de gênero;

- a necessidade de as redes de ensino incorporarem a perspectiva de gênero em suas ações de docência e pesquisa.

Organismos Governamentais e Políticas de Igualdade

Para implementar as diretrizes e estratégias necessárias ao avanço das mulheres, organismos estatais específicos precisam ser criados, ao mesmo tempo em que os já existentes devem ser aprimorados.

Na esfera do poder Executivo Federal é preciso redefinir e reestruturar o órgão responsável pela defesa dos direitos da mulher, garantindo a sua autonomia administrativa e financeira. Este órgão deverá propor políticas e coordenar ações em favor da eliminação da discriminação contra a mulher, e de planos nacionais de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Estas ações visam:

- garantir o princípio da igualdade em toda a legislação brasileira;

- garantir uma reformulação do sistema educacional e uma adaptação dos livros didáticos com vistas à eliminação dos estereótipos que reforçam as desigualdades;

- promover a inserção da mulher em todas as esferas e níveis do mercado de trabalho e a sua capacitação profissional, também em áreas não-tradicionais;

- garantir a implantação de programas de atendimento à saúde da mulher em todas as faixas etárias;

- apoiar as organizações de mulheres e as demais entidades que trabalham para a igualdade;
- criar organismos na estrutura do governo para a coordenação e acompanhamento da execução das políticas relativas à mulher.

Além das propostas para a alteração da situação da mulher dentro do País, é preciso ter em mente que as condições mundiais da população feminina têm uma influência direta nos rumos das reivindicações internas. Dessa forma, uma forte articulação mundial para o avanço da mulher é determinante na agilização e eficácia do processo, bem como para que se evite o risco do retrocesso.

Proposta

PLATAFORMA DE AÇÃO (RESUMIDA)

No próximo mês de março, em Nova Iorque, será realizada a última reunião do Comitê Preparatório à IV Conferência Internacional sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Um dos objetivos desta reunião é concluir a versão preliminar da Plataforma de Ação, que será apreciada pela Conferência, em setembro deste ano, na capital da China. A Plataforma de Ação constitui-se num documento oficial, ou seja, dos governos, que define medidas práticas a serem adotadas pelos países membros das Nações Unidas com o objetivo de acelerar a remoção dos obstáculos que ainda impedem a participação plena e igual da mulher em todas as esferas, inclusive nos processos de decisão econômica e política. O movimento de mulheres em todo o mundo tem interferido na elaboração deste documento, através do Fórum de ONG's, que tem caráter consultivo frente à Conferência. A seguir, destacamos os aspectos que consideramos mais relevantes no "draft" (rascunho) da Plataforma de Ação, que será finalizado em Nova Iorque.

Desde a adoção das Estratégias de Nairobi para o Avanço da Mulher, em 1985, o mundo tem vivido um processo global de reestruturação de relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Este processo de reestruturação tem tido um forte impacto, tanto positivo como negativo, nas mulheres, e constitui um pano de fundo para a Plataforma de Ação.

As mudanças nas relações políticas reduziram a ameaça de um conflito global e aumentaram a importância de soluções multilaterais para problemas políticos. Se, por um lado, a ameaça de um conflito global diminuiu, por outro, o ressurgimento de conflitos nacionalistas e étnicos têm ameaçado a paz em várias áreas. Estes conflitos levaram também à expansão do papel das Nações Unidas na assistência humanitária e na manutenção da paz.

Este passo rumo à democratização vem coincidindo com uma renovada ênfase na implementação dos direitos humanos universais. O reconhecimento pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de que os direitos humanos da mulher são uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos universais, significou que a participação plena e igual da mulher na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação fundadas no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional. No entanto, ainda há muito por fazer nacionalmente e internacionalmente para monitorar e garantir os direitos humanos da mulher.

As relações econômicas

também estão mudando. A prolongada recessão econômica global levou à reestruturação das relações econômicas entre os países e, em algumas regiões, há um declínio na renda e no bem-estar nacional e pessoal. A recessão vem sendo acompanhada por uma crescente dependência nas economias de mercado. Aumentou a importância do papel das corporações transnacionais. Surgiram novas áreas de crescimento econômico, especialmente nas áreas ligadas a novas tecnologias de informação, saúde e serviços afins. Os padrões globais de emprego estão mudando e, em todas as regiões, as mulheres passaram a constituir a mão-de-obra dos novos setores em crescimento. Ao mesmo tempo, reduziu-se a capacidade de fornecimento de serviços e de investimentos a longo prazo no âmbito do setor público e houve um crescimento da pobreza, tanto absoluta como relativa, acompanhada de uma crescente migração de homens e mulheres em busca de emprego.

A evidência de um esgotamento acelerado de recursos naturais e outros problemas ambientais levaram a um consenso global sobre a necessidade de se encarar o desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade a longo prazo. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento identificou as mulheres como elementos-chave na administração e proteção dos recursos naturais, em particular nas áreas rurais.

Da mesma forma que as sociedades se estão transformando, também estão as relações entre mulheres e homens. As diferenças entre as conquistas e a participação das mulheres e dos homens são

reconhecidas como o resultado de papéis socialmente construídos para cada gênero e não das diferenças biológicas. A divisão sexual do trabalho entre papéis produtivos e reprodutivos tornou-se cada vez mais indefinida à medida em que as mulheres entraram nos locais de trabalho em grande número e tiveram reconhecida a sua contribuição em outras esferas, e em que os homens passaram a ter maior responsabilidade pelas tarefas domésticas, inclusive no cuidado dos filhos. A fim de se dar ênfase à evolução da parceria entre homens e mulheres num mundo em transformação, torna-se necessário dar uma maior atenção aos papéis de gênero do que à mulher isoladamente.

Notadamente, apesar dos problemas comuns, o mundo não é homogêneo, e existem diferenças regionais e nacionais. Mas, freqüentemente estas diferenças são uma questão de grau e não de essência, uma questão de recursos e de capacidade disponível para a solução, e não uma característica dos problemas a serem resolvidos. As mulheres não são um grupo homogêneo e existem diferenças entre mulheres com diferentes experiências de vida. As mulheres jovens, as mulheres idosas, as mulheres deficientes, as mulheres migrantes e refugiadas, todas têm suas preocupações específicas. No entanto, elas também compartilham interesses determinados pelo seu gênero. Como resultado disso, tanto as diversidades como as coincidências de experiências, conhecimentos, perspectivas e expectativas constituem uma fonte de força e a base para a convicção de que a missão desta Plataforma de Ação pode ser cumprida.

Desigualdades

Os pesados encargos da pobreza geralmente pesam desproporcionalmente nas mulheres visto que estas normalmente têm menos chances de ter acesso a recursos econômicos e a outros necessários para melhorar suas vidas. O número de mulheres rurais que vivem em pobreza absoluta está crescendo mais rapidamente do que os de homens, e a proporção de mulheres entre os pobres vem aumentando em todas as sociedades. Nos últimos dez anos houve pouco progresso na erradicação das formas mais graves de pobreza. Os efeitos da prolongada recessão econômica global associados à programas de ajuste que debilitaram a capacidade dos governos de satisfazer as necessidades básicas de suas populações, debilitaram também as iniciativas de combate à pobreza. Esta situação, agravada pelos conflitos civis em várias partes do mundo, resultou num aumento generalizado na proporção de domicílios em situação de pobreza e no número de pessoas vivendo na pobreza absoluta.

A pobreza afeta as famílias como um todo, mas dentro delas as mulheres carregam uma parte desproporcional do fardo. As mulheres sofrem os efeitos da pobreza de uma forma diferente da dos homens por causa de diferenças nos seus direitos e responsabilidades. Cabe à mulher administrar as despesas da família em situações de crescente escassez ou obter trabalho em empregos mas remunerados ou no setor informal, e com isso, fazem o ajuste invisível necessário para enfrentar a pobreza.

As ações voltadas para a auto-suficiência econômica das mulheres, bem como para o acesso a uma educação de qualidade e a serviços de saúde contribuirão para eliminar os fatores que acentuam a pobreza. As mulheres podem elas mesmas superar a pobreza se lhes forem oferecidos recursos apropriados e apoio estrutural. Deve-se incorporar as mulheres aos processos de formulação e implementação de programas de alívio da pobreza. A meta é, até o ano 2000 reduzir em 50% o contingente de pessoas em situação de extrema pobreza.

Violência

A violência contra a mulher é um problema global. Ela se dá de várias formas, tanto na vida pública como na privada, e foi reconhecida como sendo uma violação dos direitos humanos básicos, provocando medo e insegurança na vida das mulheres.

A violência contra a mulher deriva, essencialmente, da baixa condição concedida a ela na família e na sociedade. A violência física, psicológica e sexual, tanto quando ocorre na família, como quando ocorre na sociedade, está ligada ao poder, ao privilégio e ao controle masculino. As ações para erradicar a violência contra a mulher devem ser abrangentes e dirigir-se tanto às suas causas como às conseqüências, usando medidas legais e sociais, em conformidade com a Declaração sobre a Eliminação da

Violência contra a Mulher. Os governos devem criar leis nacionais de acordo com a Declaração e devem enfatizar a prevenção da violência. Campanhas e programas envolvendo o sistema de educação bem como a polícia e o judiciário devem ser implementadas com este fim. Os meios de comunicação devem participar da divulgação desta mensagem. Medidas de segurança, como a oferta de abrigos, devem ser adotadas, assim como o apoio às mulheres vítimas de violência por serviços de aconselhamento médico e psicológico.

Conflitos armados

As mulheres raramente tomam parte de conflitos armados, nacionais ou internacionais, ou outros tipos de conflitos, e quase nunca são envolvidas nas decisões que levam a tais conflitos. No entanto, além de elas sofrerem uma parte desproporcional das conseqüências desses conflitos, a resolução dos mesmos permanecem majoritariamente sob o domínio masculino. Raras vezes as mulheres são combatentes, não têm proteção e frequentemente cabe a elas a responsabilidade de sustentar suas famílias quando o conflito destrói ou desintegra a ordem social e econômica. Elas têm sido vítimas de práticas de tortura, desaparecimentos, e estupros sistemáticos como uma arma de guerra. As mulheres, juntamente com seus filhos, compõem uma parcela desproporcional entre os refugiados. São objetos de violência ou ameaça de violência ou de abuso sexual.

Definição de políticas

As mulheres não têm o mesmo acesso e o mesmo controle sobre a terra, o capital, a tecnologia e a outros meios de produção por causa da dominante divisão de trabalho entre homens e mulheres na maioria das sociedades. Conseqüentemente, as mulheres têm sido amplamente excluídas da definição das políticas e estruturas econômicas. Ao mesmo tempo, o trabalho feminino, que vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico, geralmente é mal pago, desvalorizado e não reconhecido.

Em quase todo o mundo, os negócios são considerados atividades restritas aos homens, e isto é reforçado por práticas estereotipadas e discriminatórias. Tem faltado às mulheres o acesso a fatores econômicos cruciais como a propriedade de terras, crédito e capacitação tecnológica.

Divisão de poder

Cada vez mais as mulheres têm desempenhado funções com Chefes de Estado de Governo, ministras, membros do parlamento, prefeitas e membros de conselhos municipais. No entanto, ainda lhes falta um igual acesso às estruturas de poder que moldam a sociedade. Contudo, ainda não são plenas participantes nas escolhas políticas que afetam suas vidas.

Devem ser desenvolvidas medidas temporárias de ação positiva para superar os atuais efeitos da discriminação. As ações a serem tomadas devem incluir

esforços voluntários ou compulsórios para indicar mulheres e homens para conselhos consultivos, com equidade, estabelecendo o objetivo da inclusão de mulheres pelos partidos políticos nas listas de candidatos a cargos públicos e o objetivo de nomear mulheres para cargos de chefia no serviço público.

Meios de comunicação

O mundo está passando por uma revolução nas comunicações na qual novas imagens e idéias alcançam os quatro cantos do mundo. Novas tecnologias prometem uma maior integração entre os povos. Essas tecnologias são instrumentos poderosos que podem ser usados tanto para o progresso social como também para reforçar estereótipos. Em vários países a imagem pública da mulher está mudando por causa das imagens que se vêm projetando delas. Há também um crescente número de mulheres envolvidas nos meios de comunicação.

No entanto, geralmente, os meios de comunicação de massa ainda utilizam imagens estereotipadas da mulher, ao invés de refletirem com precisão os papéis e valor da mulher num mundo em transformação, reforçam conceitos ultrapassados sobre os papéis da mulher. Tanto no setor público, como no privado, os meios de comunicação ainda são basicamente controlados por homens e refletem, de várias formas, seus valores e percepções.

Meio ambiente

A administração dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente são responsabilidades de todos e as consequências da degradação do meio ambiente também afetam todos nós. A profunda preocupação com a qualidade e a sustentabilidade dos sistemas naturais são uma parte integrante da vida das mulheres. Esse interesse baseia-se na realidade do seu cotidiano, na sua experiência com as principais responsáveis pela obtenção de combustível e água na maior parte do mundo e no seu papel de administradora dos padrões de consumo do lar. Baseia-se também na sua preocupação com as futuras gerações trazidas ao mundo por elas.

As preparações para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento mostraram que as mulheres estavam preocupadas com o meio ambiente e que tinham experiências singulares que poderiam ajudar a desenvolver programas e políticas nacionais e internacionais. No entanto, as mulheres têm estado consideravelmente afastadas dos processos de decisão sobre o meio ambiente.

Políticas Nacionais e Internacionais

Instituições financeiras internacionais, governos, organizações intergovernamentais e não-governamentais devem avaliar a pobreza e as implicações de gênero das atuais políticas macro-econômicas, inclusive os programas de ajuste estrutural, em especial aqueles que têm um impacto direto em mulheres vivendo em situação de pobreza. As instituições financeiras nacionais e internacionais devem

estudar os efeitos desses programas nos países mais pobres e desenvolver políticas com perspectiva de gênero, procedimentos de avaliação, aprovação e administração, em particular programas que tenham como objetivo alcançar um meio de vida sustentável para as mulheres pobres rurais e urbanas dos países em desenvolvimento. Os governos devem priorizar esforços e dar passos concretos no sentido de quantificar e valorizar a contribuição do trabalho não-remunerado das mulheres na agricultura, na produção de alimentos, na reprodução e no trabalho doméstico. Devem ainda refletir o valor dessas contribuições no Produto Nacional Bruto e em outras estatísticas econômicas, caracterizando a trabalhadora não-remunerada como de fato, trabalhadora, no Sistema de Contas Nacionais.

Os governos e as organizações não-governamentais devem tomar ações para criar creches e outras instalações de apoio social para dependentes. Devem ser introduzidos sistemas de crédito favoráveis às mulheres, métodos de controle dos recursos domésticos, segurança alimentar e moradia adequada.

Tanto as mulheres migrantes como as refugiadas são grupos extremamente vulneráveis economicamente, com necessidades e mecanismos de solução específicos. Dessa maneira, as ações sobre a pobreza devem também incluir medidas para melhorar sua situação nos países que as acolhem. Medidas devem ser tomadas para proporcionar-lhes a proteção legal dos seus direitos como trabalhadoras.

Saúde e Pesquisa

A meta de se reduzirem a mortalidade infantil e materna pela metade, especialmente a redução da diferença entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, deve ser alcançada. Os programas de saúde reprodutiva e planejamento familiar, inclusive a educação e aumento da conscientização sobre direitos reprodutivos como direitos humanos e sobre práticas nocivas, devem ser adequadamente financiados e providos de recursos humanos, com fim de ajudar indivíduos e casais a suprirem suas necessidades.

Estes serviços devem ser acessíveis a todos e ter também como objeto a redução de gravidezes precoces e os seus efeitos nas mulheres. Os programas devem considerar os homens como pais e como pessoas responsáveis por seu comportamento sexual. Deve haver treinamento e participação de parceiros e da comunidade nos programas de planejamento de saúde e familiar.

Tráfico de Mulheres

São necessárias medidas para erradicar a violência contra as mulheres especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, tais como mulheres deficientes ou trabalhadoras migrantes. Tanto os países de origem, como os que recebem mulheres migrantes devem cumprir a legislação existente a respeito das mesmas. Devem ser tomadas ações específicas para proteger mulheres e meninas submetidas ao tráfico sexual e à prostituição forçada e evitar futuros abusos, incluindo-se o desmantelamento de

redes internacionais de tráfico. Medidas especiais de assistência médica e psicológica para estas mulheres devem ser desenvolvidas. Deve-se alcançar uma coordenação entre governos e organizações não-governamentais.

Trabalho Flexível

As ações dos governos, das organizações não governamentais, de associações empresariais, profissionais e comerciais e do setor privado devem conduzir à criação de um ambiente de trabalho que facilite a participação das mulheres nas atividades econômicas. Isto deverá incluir a concessão de oportunidades tanto para as mulheres como para os homens conciliarem as responsabilidades familiares e econômicas com a ajuda de regras administrativas flexíveis, licença maternidade/paternidade, possibilidades de empregos de meio período com benefícios e horários flexíveis, taxaço individual e fornecimento de assistência social de apoio tais como creches e cuidado de dependentes. Devem ser adotadas medidas especiais para eliminar o assédio sexual no local de trabalho.

Ações devem ser dirigidas para a falta de participação plena e igual das mulheres em todos os níveis e em todos os setores. Isto deverá incluir decisões conjuntas no âmbito da família, na comunidade e em níveis mais altos do processo de decisão. Ações separadas devem ser desenvolvidas respectivamente para promover a participação no processo de decisão público e no setor privado. Estas ações deverão conduzir a um significativo progresso em direção a atingir a meta da paridade.

As ações administrativas e legislativas devem ser tomadas para garantir às mulheres igualdade de oportunidades no acesso aos serviços públicos, ao setor privado, aos partidos políticos, às associações profissionais, aos sindicatos e a outras organizações não governamentais e para lhe assegurar tratamento igual ao longo da carreira. Os governos e as organizações não governamentais devem fazer esforços para promover a interação entre mulheres nestas organizações.

Devem ser desenvolvidas medidas temporárias de ação positiva para superar os atuais efeitos da discriminação ocorrida no passado, que levou um pequeno número de mulheres a cargos com poder de decisão. As ações a serem tomadas dependerão das tradições políticas de cada país, mas deverão incluir esforços voluntários ou compulsórios para indicar mulheres e homens para conselhos consultivos, com equidade, estabelecendo o objetivo da inclusão de mulheres pelos partidos políticos nas listas de candidatos a cargos públicos e o objetivo de nomear mulheres para cargos de chefia no serviço público.

Família Responsável

As ações devem incluir medidas para dar apoio a casais e pais na conciliação das suas responsabilidades de trabalho não remunerado e com a família. Estas podem incluir medidas para proporcionar o reconhecimento da responsabilidade mútua e igual nos termos da lei, a promoção

de ambientes de trabalho flexíveis, a promoção de tecnologias que facilitem a divisão e reduzam o fardo das tarefas domésticas. Elas devem promover um clima de opinião voltada para a análise das necessidades dos trabalhadores com responsabilidades familiares, inclusive mudando as atitudes e as práticas dos empregadores, dos governos e dos sindicatos para que dê apoio aos trabalhadores com responsabilidades familiares, inclusive aqueles de diferentes grupos culturais e sócio-econômicos. Devem ser promovidas políticas de ações afirmativas que dêem assistência para contrabalançar os aspectos negativos do impacto das responsabilidades familiares das mulheres no seu papel na esfera pública. Estas ações vão fazer com que a melhoria nos relacionamentos gerem benefícios para os homens e lhes dê uma maior satisfação resultante do aumento de sua maior responsabilidade nos assuntos familiares.

Recursos Necessários

Os acertos financeiros devem dirigir-se aos objetivos estratégicos contidos na Plataforma de Ação. A Conferência deve conduzir a um compromisso claro dos governos e da comunidade internacional de alocar os recursos necessários para empreender as atividades que alcancem os objetivos estabelecidos na Plataforma. Os recursos devem ser buscados com criatividade em várias fontes, mas devem incluir um esforço coletivo para realocar recursos existentes em todo o mundo, em todos os níveis, mediante o estabelecimento de prioridades e a identificação da dimensão de gênero dos programas existentes. Eles devem dar ênfase a um alto índice de retorno, especialmente a médio e longo prazo, do investimento nos interesses das mulheres, e o seu efeito multiplicador em seus programas. São necessárias ações para que sejam mobilizados novos recursos para implementar a Plataforma de Ação de maneira produtiva.

No âmbito nacional, isto deve incluir o emprego de planejamento e avaliação com sensibilidade de gênero em todos os gastos públicos, inclusive a identificação das quantias destinadas a beneficiar as mulheres e o seu impacto. Os programas existentes voltados para as mulheres devem ser mantidos e tornados mais eficientes, dando-se a mais alta prioridade aos programas que mostrem o alto índice de retorno dos programas voltados para as preocupações das mulheres.

Nos âmbitos internacional, regional, e sub-regional, a ênfase deve ser dada à avaliação e à coordenação de programas empreendidos por organizações do sistema das Nações Unidas a fim de melhorar a sua contribuição para a implementação da Plataforma de Ação e para evidenciar o impacto de gênero. Deve haver um diagnóstico da situação existente no que diz respeito à alocação de recursos para as atividades das mulheres pelo sistema das Nações Unidas como uma base para se proporem novas abordagens da alocação de recursos nos programas do sistema da ONU.

Unifem

Mulheres mobilizadas para Pequim'95

• Branca Moreira Alves



Neste ano que começa, as mulheres de todo o mundo terão a oportunidade de formular o documento que definirá os compromissos da comunidade internacional com medidas concretas de políticas públicas que encaminhem os países para a eliminação da discriminação de sexo. Será o documento mais importante de todo um processo de incorporação do tema da promoção da mulher na agenda internacional. Será também a última da série de conferências temáticas iniciada com a Cúpula Mundial da Criança, e que teve sua sequência com as Conferências de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos, População e Desenvolvimento e Desenvolvimento Social. Todas abrangendo questões éticas de interesse supra-nacional.

O chamado da ONU para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher resultou em um processo riquíssimo de mobilização das mulheres e no crescimento de sua organização local, nacional, regional e internacional. Um sem número de encontros, seminários,

pesquisas, alertas, denúncias surgiram de todos os lados. Redes de organizações foram criadas ou tomaram novo impulso, publicações informaram em dezenas de idiomas sobre a condição da mulher e sobre a Conferência e governos foram pressionados para fazerem seus diagnósticos retratando a realidade de seus países e definindo políticas e ações concretas.

Em Beijing teremos o panorama mundial da discriminação de sexo, de sua extensão e das diferentes formas que se concretizam. As mulheres, dentro e fora do âmbito oficial discutiram suas questões e expuseram suas demandas e propostas. O objetivo central da convocação: dar visibilidade ao tema, fortalecer a organização das mulheres e comprometer os governos com plataformas de ação, foi alcançado.

O processo preparatório no Brasil refletiu tudo isso. As mulheres se reorganizaram nacionalmente, e 24 Estados se fizeram representar na Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing. Esse enorme esforço de militância comprova a força já histórica de nosso movimento. Paralelamente, um grupo de trabalho de agências das Nações Unidas, coordenado por UNIFEM e composto por CEPAL, FNUAP, PNUD, OMS, OPAS, UNESCO e UNICEF, apoiou técnica e financeiramente o governo brasileiro na preparação do relatório nacional. Uma série de seminários temáticos com participação de especialistas, ONG's e governo, realizados em diversos pontos do País, discutiu as questões prioritárias, levantou as demandas, os problemas,

os dados e as estatísticas.

Este processo, nem sempre fácil de abertura ao diálogo com a sociedade civil, revela a nova face do Estado brasileiro, resultado dessa longa luta pela redemocratização na qual o movimento de mulheres teve papel fundamental.

Fomos todos - agências de cooperação internacional, governo e movimento de mulheres - participantes e aprendizes. As agências exercitaram-se na possibilidade de um trabalho conjunto, neste tema comum, e comprovaram sua maior eficiência; o Comitê Nacional, coordenado pela Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, informou, debateu, concedeu e fez avançar a prática da democracia; o movimento de mulheres por sua vez também amadureceu nesta experiência de diálogo e intercâmbio.

Assim, começamos o ano de 1995 com muitas lições aprendidas. O novo governo se mostra aberto às demandas das mulheres, conforme se vê da plataforma que norteou a campanha eleitoral. Tendo como instrumento de trabalho os documentos produzidos em preparação à Conferência de Beijing: o Relatório Nacional e a Plataforma de Ação para a América Latina e o Caribe, o Grupo de Trabalho Interagencial está organizando um seminário que tornará a reunir governo, cooperação internacional (agências do sistema da ONU e bilaterais) e representações das ONG's de mulheres para os dois dias de debates, sobre as linhas prioritárias de apoio à implementação das políticas com as quais se comprometeu o Brasil nacional e internacionalmente. Sabemos que o mundo não será o mesmo após Beijing.

• Coordenadora Regional do UNIFEM para Brasil e Conesul

IMPRESSO

Pequim '95

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

